

CENTRAL FOTOVOLTAICA DE ALCOUTIM

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

SETEMBRO DE 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O PROJETO.....	1
3. CONSULTA PÚBLICA.....	1
4. SÍNTESE.....	2

ANEXOS

ANEXO I – LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

ANEXO II – LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA

ANEXO III – PARECERES RECEBIDOS

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto **Central Fotovoltaica de Alcoutim**.

O proponente deste projeto é Solara4, Lda. e a entidade licenciadora, a DGEG - Direção geral de Energia e Geologia.

2. O PROJETO

BREVE CARACTERIZAÇÃO / OBJETIVOS

O projeto tem como objetivo aproveitar o recurso sol, cujo potencial de exploração em Portugal é extremamente elevado, em comparação com outros países europeus onde este recurso não tem uma expressão quantitativa tão favorável.

LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se nos concelhos de Alcoutim, freguesia de Martim Longo e Vaqueiros e Tavira, freguesia de Cachopo.

3. CONSULTA PÚBLICA

PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública decorreu durante 20 dias úteis, de 10 de Agosto a 4 de setembro de 2015.

PUBLICITAÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado na Agência Portuguesa do Ambiente, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e nas Câmaras Municipais de Alcoutim e Tavira.

A divulgação desta Consulta foi feita por meio de:

- Afixação de anúncios nas Câmaras Municipais.
- Envio de ofício circular às entidades constantes no Anexo II.
- Disponibilização do RNT e de informação genérica acerca do processo de Consulta Pública no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente, em www.apambiente.pt, e, também, no portal PARTICIPA.PT.

PROVENIÊNCIA E QUANTIFICAÇÃO DOS PARECERES RECEBIDOS

Durante o período de consulta pública foram recebidos 15 pareceres com a seguinte proveniência: **DGADR** – Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; **EMFA** – Estado-maior da Força Aérea; Junta Freguesia Cachopo, **SPEA** – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves; **Brisa**, Concessão Rodoviária SA; TER Casa do Lavrador; Guadiana Parque, SA; Proactivitur, SA; Alice Pisco; Antónia Maria Palma; Aurélio Teixeira; Carlos Ludovico; Mário de Carvalho; Olga Ludovico; Rosa Guedes.

4. SÍNTESE

A análise dos pareceres recebidos, cujos aspetos mais relevantes se sintetizam em seguida, traduz uma grande preocupação sobre os impactos que o projeto possa induzir nas economias locais designadamente nas empresas vocacionadas para o turismo da natureza, designadamente unidades de turismo rural, zonas de caça turística, restauração e artesanato e ainda as que operam em torno do projeto da Via Algarviana que tem sido alvo de grandes esforços no sentido de promover e dinamizar a mobilidade turística no interior algarvio.

A localização prevista para a implantação do projeto acarretará impactos negativos de não minimizáveis nos recursos existentes, designadamente no solo, na fauna, flora, recursos hídricos e património e paisagem, sobre os quais assenta todo o desenvolvimento económico da região. Consideram que no concelho haverá, certamente, áreas mais adequadas a um projeto desta dimensão e com impactos

menos negativos e passíveis de conciliar todos os interesses do território em análise. Assim,

a **Junta de Freguesia de Cachopo** dá no seu parecer ênfase a um conjunto de aspetos que entende negativos, inerentes à implantação do projeto: destruição permanente de floresta de elevado valor constituída por espécies protegidas, nomeadamente azinheira e sobreiro, cuja recuperação é bastante difícil e demorada; aumento acentuado da erosão na área de implantação dos painéis, onde os solos já são caracterizados com elevado risco de desertificação; afetação da paisagem pela dimensão e contraste do projeto com a envolvente; alteração e poluição dos recursos hídricos, decorrentes das alterações morfológicas da área de implantação que levarão a uma alteração da linha de escoamento das águas, o que condicionará a captação desta nos aquíferos e acentuará a erosão das terras superficiais férteis; degradação moderada a acentuada das vias de comunicação mais utilizadas aquando da montagem da infraestrutura pela circulação de veículos pesados e pelo transporte de grandes cargas. Estas alterações das condições das vias de comunicação irão afetar tanto a qualidade de vida dos residentes como a atratividade da região a quem a visita o que dificultará, também, futuros investimentos na região, pois os custos logísticos serão mais elevados, aumentando assim o fosso entre o interior e o litoral; afetação no turismo local e regional: a não existência de fontes de poluição de relevo e de uma qualidade do ar muito boa são fatores de destaque na procura pela Serra do Caldeirão. A implantação de uma central com as características desta afeta a harmonia e qualidade da região quer pelos seus elementos estranhos ao espaço envolvente, como pelas dimensões da mesma.

O projeto adverte esta entidade, afetará alguns investimentos que têm sido realizados e que promovem o turismo na região, designadamente unidades de turismo rural, zonas de caça turística, restauração e artesanos. Para além destes investimentos de âmbito privado, salienta, também, a Via Algarviana que tem sido alvo de grandes esforços no sentido de promover e dinamizar a mobilidade turística no interior algarvio, contando já com um investimento de 1,2 milhões de euros. Quanto à existência de contrapartidas financeiras para as câmaras e juntas das áreas intervencionadas, a Junta de Freguesia de Cachopo não recebeu nenhum contacto por parte da empresa Solara4.

A **SPEA** considera que na área de estudo existem graves lacunas de conhecimento no que se refere à ocorrência de águia-perdigueira e açor (e de outras espécies

com estatuto de conservação desfavorável) que invalidam as conclusões do EIA no que se refere aos impactes nas espécies da fauna, nomeadamente no que diz respeito às espécies de aves protegidas ao abrigo da Diretiva Aves. Relembra, ainda, que a águia-perdigueira é uma espécie do Anexo I da Diretiva Aves, com estatuto de conservação prioritário e que a degradação do local de nidificação e de outros locais de dependência desta espécie está interdita à luz daquela diretiva e da legislação nacional. Defende, assim, a realização de estudos mais detalhados e uma reformulação do projeto, que estude de forma exaustiva e precisa a situação de referência em termos de biodiversidade e que contemple alternativas de localização das componentes do projeto, para a proteção da avifauna.

A **Guadiana Parque S.A.** é proprietária da Herdade das Ferrarias com área de 242 ha, onde existem as antigas minas da Cova dos Mouros, Património Mineiro com projetos declarados de interesse turístico e de relevância cultural, uma unidade de alojamento local situada no povoado urbano das Ferrarias, bem como, um projeto aprovado pelo Turismo de Portugal para um empreendimento turístico com Hotel e Parque Safari, equipamentos que têm por base o usufruto e o enquadramento da qualidade visual da paisagem e dos seus valores naturais, relevando a grande beleza paisagística do vale da Ribeira da Foupana como fator decisivo de mais-valia que levou à aquisição da propriedade. Adverte esta entidade o desenvolvimento do seu projeto, já aprovado, ficará comprometido, assim como a própria propriedade e empreendimento existente: efetivamente os sectores fotovoltaicos nr. 87 a 101 e parte 46 (marcado a cinzento) representam um impacte significativo para com a sua área de desenvolvimento e/ou das instalações existentes (anexo mapa – Zona das Ferrarias marcado a verde); afigura-se também uma intrusão visual em parte da Via Algarviana, situada fora desta propriedade, que levará mesmo à não preferência por parte dos seus potenciais utilizadores, o que levará a uma diminuição na procura de alojamento local, caso não sejam acauteladas medidas adequadas; existe ainda um contacto visual liminar contínuo ao longo da fronteira leste da propriedade até ao povoado urbano das Ferrarias/unidade de alojamento local, que poderá ser eventualmente colmatado com uma faixa tampão de proteção verde de dimensão suficiente com arvoredos apropriados.

Julgando que é possível compatibilizar os diversos usos do território, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, solicita-se que a decisão não comprometa as diversas pretensões nas áreas limítrofes, incluindo mesmo a qualidade do empreendimento Hoteleiro de mais de 100 quartos com 3 andares,

situado na Finca Rodilhas, cuja estrutura, alvenaria e cobertura se encontram finalizadas, o qual, será afetado seriamente a nível visual e de proximidade.

O TER **Casa do Lavrador**, embora defenda a pertinência da instalação e utilização de energias alternativas considera, no entanto, que esse processo não deve ser garantido desconsiderando o trabalho árduo de gerações passadas e sacrificando o presente e o futuro das populações locais que salvaguardam com os seus saberes um património de milénios - conservação de solos e água, preservação de fauna e flora, atividades económicas compatíveis com os recursos existentes. Realça que foi por esses motivos que Portugal obteve recentemente o reconhecimento por parte da UNESCO de país representativo do Património Cultural Imaterial Mundial - Dieta Mediterrânica. Nesse contexto, não é aceitável instalar um mega empreendimento com impactos negativos enormes nos solos, fauna, flora e património em geral, inviabilizando pequenas atividades económicas - artesanato, alojamento e restauração ligados ao ecoturismo e, em particular à Via Algarviana, apicultura, várias zonas de caça associativa e atividades florestais existentes na área de projeto. Considera que a dimensão do projeto deve, pois, ser compatibilizada com a salvaguarda dos recursos endógenos e das atividades económicas existentes.

A **Proactivetur**, especializada em Turismo de Natureza, manifesta a sua preocupação sobre o impacto que o projeto irá induzir na região. Esta empresa, que tem vindo a desenvolver numerosas atividades no interior do Algarve, designadamente em torno da Via Algarviana que mobiliza centenas de clientes por ano, que visitam o Algarve com o propósito específico de caminhar, nomeadamente entre Alcoutim e Cachopo, passando por Vaqueiros, onde os caminhantes beneficiam de serviços de alojamento, restauração e transporte de bagagens considera que o projeto pela sua dimensão, local onde se pretende instalar, pelas exigências técnicas de construção tem impactos negativos muito significativos, permanentes e, na sua maioria, irreversíveis. Mesmo que se apliquem medidas compensatórias, as consequências decorrentes da implantação do projeto neste local trará, certamente, consequências nefastas ao nível da proteção dos solos, do coberto vegetal, da paisagem e respetiva biodiversidade, bem como da componente socioeconómica local. Sublinha que o projeto acarretará impactes negativos muito significativos na Paisagem - haverá uma profunda transformação paisagística que irá afetar não só a sua área de implantação direta (594 ha), mas uma região mais vasta, uma vez que a área coberta de painéis será visível de uma grande distância em torno daquela. A instalação de painéis solares em encostas e colinas, nalguns

casos com desníveis bastante acentuados, vai mudar o cenário natural que hoje ali se pode observar e criar um ambiente muito artificial. Esta mudança irá afetar, irremediavelmente, a qualidade ambiental deste território, a base da atratividade do Turismo de Natureza. As consequências desta intervenção ameaçam, inclusive, os esforços que diversas entidades regionais têm vindo a desenvolver no intuito de potenciar o turismo de natureza no interior do Algarve, nomeadamente a Região de Turismo do Algarve, a CCDR Algarve, Associações de Desenvolvimento Local, podendo “deitar por terra” os muitos investimentos preconizados em promoção, estruturação e qualificação; na Biodiversidade – a perda de vegetação na área de implantação dos painéis solares, em 594 ha, será enorme, permanente e irreversível. Serão, ainda, afetados habitats de numerosas espécies de aves protegidas e constantes do Anexo I da Diretiva Comunitária Habitats, como a Felosa do mato (*Sylvia undata*), Águia cobreira (*Circaetus gallicus*) e Águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), existindo, de resto, um casal nas imediações do projeto, sendo esta vasta área seu território de caça; na Socioeconomia – foram ignoradas a existência de vários alojamentos turísticos na região, como seja o Alojamento Local para fins turísticos “Casas da Aldeia” e “Monte das Ferrarias”, em Vaqueiros, ou a “Casa do Lavrador” em Furnazinhas. Todos estes espaços vivem hoje, maioritariamente, de turistas que utilizam a Via Algarviana, especialmente nas épocas de setembro a maio – período de época baixa turística na generalidade do Algarve, bem como a existência de diversos espaços de restauração, unidades de produção agro-alimentar, apicultura, várias artes e ofícios ainda ativas e uma forte atividade cinegética, bem como os impactes sobre estes ramos de atividade quantificados.

Sobre a Via Algarviana manifesta especial preocupação sobre o que poderá vir a acontecer, caso este projeto seja aprovado: a Via Algarviana nasceu por iniciativa de organizações não-governamentais e do apoio público de 11 municípios, da Região de Turismo do Algarve, da Associação de Turismo do Algarve, da CCDR Algarve, e com fundos comunitários, com o objetivo de atrair pessoas ao interior do Algarve e potenciar uma economia verde associada ao ecoturismo. Esta visão assenta numa lógica de valorização sustentável dos recursos endógenos deste território. Desde o momento da sua criação (2009) a Via Algarviana tem atraído milhares de pessoas a esta região e tem contribuído muito para o surgimento de novas atividades comerciais e empresariais. Novos alojamentos, espaços de restauração, empresas de animação turística surgiram em torno da Via Algarviana, e em 2010 uma nova candidatura foi aprovada para reforçar o papel desta

infraestrutura e aumentar a sua visibilidade no exterior. No total, a Via Algarviana já recebeu quase 2 milhões de euros para se instalar, promover e apoiar o turismo de natureza no Algarve. O seu papel no combate à desertificação do interior algarvio foi de tal ordem que em 2013 recebeu o prémio "*Dryland Champions 2013*", atribuído pela Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação.

Sendo que o impacto na Via Algarviana, com afetação direta entre Malfrades e Vaqueiros, numa extensão aproximada de 1,5 km, foi claramente subavaliado ignorando as dinâmicas que este projeto está a imprimir localmente e regionalmente ao nível do turismo de natureza não contemplando nenhuma medida compensatória ou de minimização face aos impactos que irá infligir, a Proactivetur manifesta o seu desacordo com a localização do projeto da Central Fotovoltaica e uma profunda preocupação com os fortes impactos que o mesmo trará ao local, tanto a nível ambiental, paisagístico e como socioeconómico. Deverão ser realizados novos estudos a fim de encontrar alternativas de localização e dimensionamento de projeto que minimizem ao máximo os impactos identificados.

Caso o projeto seja aprovado tal como é apresentado, apela a que no mínimo sejam consideradas medidas compensatórias e de minimização obrigatórias, nomeadamente, compensações financeiras junto do empresários locais (alojamentos turísticos, empresas de animação turística) por decréscimo de utilizadores na Via Algarviana, seja durante a fase de construção, seja na fase de funcionamento; criação de percursos alternativos de ligação da Via Algarviana a Vaqueiros; reposição de toda a sinalética da Via Algarviana afetada pelo projeto, seja na secção diretamente afetada pela instalação – troço entre Malfrades e Vaqueiros – seja nas zonas onde irão decorrer os trabalhos de instalação da linhas elétrica e que se cruzem com a Via Algarviana; criação de novos elementos atrativos neste percurso, entre Furnazinhas e Vaqueiros, de forma a compensar a forte perda significativa do valor da paisagem e da biodiversidade, e naturalmente, do percurso no seu geral. Entre estes elementos, sugerem-se: valorização do sítio arqueológico do Cerro de Santa Justa; recuperação de trilhos rurais, muretes e muros delimitadores da Via Algarviana; criação de zonas de merendas ao longo do percurso; criação de espelhos de água, como pontos de regeneração de biodiversidade do longo do percurso; criação de posto/centro de informação e interpretação da Via Algarviana em Vaqueiros, com toda a informação deste traçado (património, natureza, etc.) e manutenção do seu funcionamento durante o período de funcionamento do projeto SOLARA4; melhoramento das redes locais de

percursos pedestres em Vaqueiros, Furnazinhas e Cachopo, incluindo a manutenção dos mesmos, criação de novos itinerários, produção de materiais informativos, etc.; reimpressão de todos os mapas da Via Algarviana, com as alterações ao traçado imposto pelo projeto SOLARA4 e a devida reposição nos guias onde esses mapas constam (15 000 guias, 10 painéis informativos, *website*, estruturas promocionais); financiamento de ações promocionais da Via Algarviana nesta zona do Algarve, com ações dirigidas aos jornalistas internacionais, anúncios em revistas e jornais, e-marketing, etc..

Alice Pisco refere que a instalação e utilização de energias alternativas é o futuro e Portugal, nesse processo, tem um papel importante a nível mundial. No entanto, esse processo não deve ser garantido ignorando o trabalho árduo de gerações passadas e sacrificando o presente e o futuro das populações locais que salvaguardam com os seus saberes um património de milénios - conservação de solos e água, preservação de fauna e flora, atividades económicas compatíveis com os recursos existentes. Foi por esses motivos que Portugal obteve recentemente o reconhecimento por parte da UNESCO de país representativo do Património Cultural Imaterial Mundial - Dieta Mediterrânica. Nesse contexto, não é aceitável instalar um mega empreendimento com impactes negativos significativos nos solos, fauna, flora e património em geral, inviabilizando pequenas atividades económicas - artesanato, alojamento e restauração ligados ao ecoturismo e, em particular à Via Algarviana, apicultura, várias zonas de caça associativa e atividades florestais existentes na área de projeto. A dimensão do projeto deve, pois, ser compatibilizada com a salvaguarda dos recursos endógenos e das atividades económicas existentes.

Antónia Maria Palma, na qualidade de habitante de Santa Justa e proprietária de diversas propriedades nas imediações, nomeadamente no sítio das Pelenganas, adverte que a implantação dos painéis solares não atende à rede de caminhos públicos existente desde tempos imemoriais, que tem a função de permitir o acesso às propriedades e à ribeira da Foupana. Caso venha a ser aprovada a presente proposta, o acesso às suas propriedades no sítio das Pelenganas passará dos 3000 m para os 9500 m, pois terá que ir a Martin Longo e depois tomar a estrada de Vaqueiros. Refere, ainda, que a localidade de Santa Justa será, globalmente, perturbada ficando em causa o acesso a dezenas de propriedades, à ribeira da Foupana (único local de acesso a água no período estival) e a localidades limítrofes. Solicita, por isso, que na aprovação do projeto sejam salvaguardados os caminhos públicos existentes desde tempos imemoriais.

Aurélio Teixeira, no seu contributo, recomenda, em primeiro lugar que deverá ser garantido o livre acesso ao caminho público entre Vaqueiros e Malfrades bem como o livre acesso a propriedades agrícolas particulares que estão inseridas nos limites da área em estudo. Depois questiona o porquê de construir uma nova linha de muito alta tensão se a existente (Tavira - Puebla) permite a adição de mais um par de ternos para transporte de energia e, por último, se é dado cumprimento ao PDM Alcoutim que diz no art.º 43ª que nos espaços agroflorestais deve ser preservada a sua vocação florestal.

Carlos Ludovico, embora favorável a este tipo de investimento no concelho, discorda da localização prevista pelos impactes negativos inerentes na flora, fauna, no solo, nos recursos hídricos, no património arqueológico e cultural, na paisagem e na sócio economia. Defende que existem localizações onde sobretudo devido à morfologia do relevo os impactes serão manifestamente menores.

Mário de Carvalho manifesta a sua surpresa pelo facto de num território que é Área Piloto do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, se proponha uma instalação que, pela sua dimensão e concentração, compromete significativamente a ação que, com tanto esforço, tem vindo a ser levada a cabo pela população do território, através do seu desempenho agro-silvo-pastoril e que se manifesta não apenas na concretização e condução de áreas florestais, mas até no seu ordenamento através da constituição massiva das vizinhas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e do desempenho permanente da sua associação de proprietários florestais CUMEADAS. Isto, porque parecem não ter sido devidamente acautelados aspetos como a erosão dos solos, a promoção da biodiversidade e a efetiva contribuição para a prevenção de incêndios bem como a otimização da pequena economia local no território, por exemplo. A estes prejuízos e ausência de impactes sociais e económicos positivos ainda se pode acrescentar a sua colisão com o precioso e raro caso de adequação estruturante da pequena economia local do território com a economia geral como é a Via Algarviana, com impacte nas escalas regional, nacional e internacional, agredida sem qualquer contemplação. Um exemplo infeliz de pretenso desenvolvimento progressista e capital intensivo de um território deprimido que se releva afinal essencialmente destruidora e desumanizadora.

Olga Maria Teixeira Amaral Ludovico considera que o projeto surge descontextualizado por falta de um cuidado e rigoroso estudo de enquadramento local em que os dados apresentados são insuficientes, desatualizados e redutores. Está certa que o projeto terá repercussões muito negativas ao nível do ecoturismo que se encontra em pleno desenvolvimento na zona de implantação do projeto e os impactes negativos sentir-se-ão de imediato, pois não há operadores turísticos que apostem numa zona repleta de painéis solares. Assim, todo o investimento já feito a nível de alojamento, restauração, artesanato, divulgação, etc... cairá por terra numa zona que apenas tem para oferecer a sua beleza natural. Realça que a aposta no turismo da natureza começa a "mexer" com a economia local e o referido projeto, a concretizar-se, constituirá a morte de todo o investimento e expectativas, tornando-se o primeiro passo para a desertificação acelerada daquela zona (principalmente a freguesia de Vaqueiros). Defende que existem no concelho zonas mais adequadas a um projeto daquela envergadura e com impactes menos negativos - é uma questão de realizar estudos adequados, com base em dados atualizados e metodologias consistentes, finaliza.

Rosa Guedes, como defensora do modelo das energias alternativas, considera que estas não podem ser promovidas com impactes negativos acentuados e semelhantes aos das outras energias. Construir parques solares que destroem ou prejudicam a economia local tradicional (pela ocupação excessiva dos solos, com destruição dos habitats naturais de animais e da vegetação) ou as atividades económicas de turismo ecológico, sem impactes negativos na natureza, contraria a filosofia de base das energias alternativas. Na sua perspetiva este projeto, megalómano, tem que ser redimensionado.

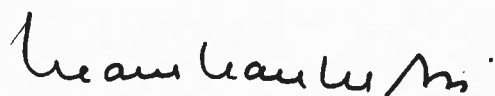
As restantes entidades não se opõem ao projeto por não colidir com outros da sua competência e informam:

- a DGADR, que o projeto não colide com outros da sua competência pelo que nada tem a opor. Entende, no entanto, que deverá ser consultada a DRAP Algarve relativamente a eventuais interferências com áreas da sua competência, designadamente área de RAN.
- o **EMFA**, que a instalação pretendida não se encontra abrangida por qualquer servidão de unidades afetas à Força Aérea. A sinalização diurna e noturna deverá estar de acordo com as normas expressas na circular de informação aeronáutica 10/2003, de 6 de maio, do INAC. Posteriormente, o requerente deve disponibilizar a informação relativa ao projeto final e telas finais do

executado para implantação dos obstáculos em cartas e informação aeronáutica.

- a **BRISA**, que na área de estudo não existe qualquer concessão de construção, conservação e exploração de autoestradas outorgadas à Brisa.

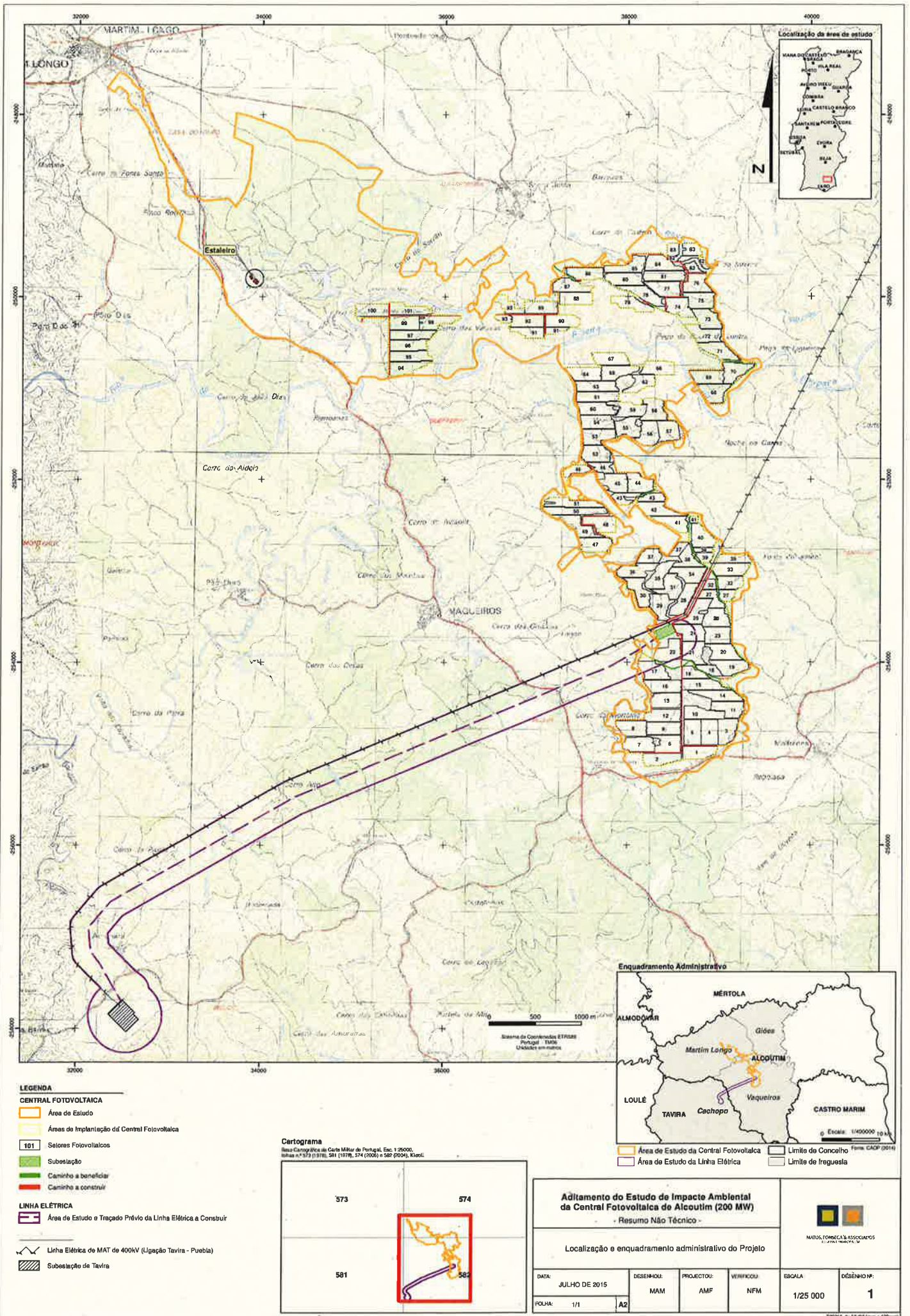
RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA



Maria Clara Sintrão

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DO PROJETO



ANEXO II

LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA

LISTA DE ENTIDADES

Junta de Freguesia de Martim Longo

Junta de Freguesia de Vaqueiros

Junta de Freguesia de Cachopo

Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA

Estradas de Portugal, SA

Direção Geral de Saúde

Ministério da Defesa Nacional – Gabinete do Chefe do Estado-maior da Força Aérea

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Ministério da Defesa Nacional – Gabinete do Chefe do Estado-maior das Forças

Armadas

ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção Natural e Cultural de Cacela

ANEXO III

PARECERES RECEBIDOS



Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

TELECÓPIA

PARA: Eng. Francisco Teixeira
Agência Portuguesa do Ambiente

N.º DE FAX: 21 471 90 74

DE: Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

TELECÓPIA N.º: 63/845/DSTAR/DOER/2015

DATA: 12.08.2015

NÚMERO DE PÁGINAS (incluindo esta): 1

REFERÊNCIA: AIA2827: Central Fotovoltaica de Alcoutim

MENSAGEM:

Em resposta ao solicitado por V. Ex^a, através do ofício de ref^a S041530-201508-DCOM.DCA, de 05.08.2015, sobre o Projecto supramencionado, esta Direcção Geral não tem a referir dado que na sua área de intervenção não se localizam estudos, projectos ou acções do âmbito das suas competências directas.

No entanto, entende-se que deverá ser consultada a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, relativamente a eventuais interferências com áreas da sua competência, designadamente área de RAN.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora de Serviços do Território e dos Agentes Rurais

Maria de São Luís Centeno

GB



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado Maior

DCOM

Em resposta

2015-08-24-009272

refira:

P.º: 185/15

Para: Exmo. Senhor
Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Apartado 7585
2611-865 AMADORA

Assunto: **CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO " CENTRAL FOTOVOLTAICA
DE ALCOUTIM" – AIA 2827**
(DI 60.310/15 IDP 103202)

Ref.ª: V/ Ofício n.º S041530-201508-DCOM.DCA, de 05AGO15

Relativamente ao assunto em epígrafe e face aos elementos que nos foram submetidos a apreciação, a coberto do ofício em referência, em que a empresa Solara4 - Energias Renováveis Lda., solicita parecer sobre central fotovoltaica, sita no concelho Alcoutim, distrito de Faro, encarrega-me S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em exercício de funções, de informar V. Ex.ª que o projeto pretendido não se encontra abrangido por qualquer Servidão de Unidades afetas à Força Aérea.

Mais me encarrega S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em exercício de funções, de informar V. Ex.ª que, a sinalização diurna e noturna deve ser concretizada de acordo com as normas expressas no documento "Circular de Informação Aeronáutica 10/2003 de 6 de maio", do INAC. Posteriormente, o requerente deve disponibilizar a este ramo a informação relativa ao projeto final e telas finais do executado para implantação dos obstáculos em cartas e informação aeronáutica.

Com os melhores cumprimentos

O CHEFE DO GABINETE

Joaquim Fernando Soares de Almeida
Major-General Piloto Aviador



Exmo. Sr. Presidente
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9ª – Zambujal Ap. 7585
2611-865 AMADORA

Lisboa, 4 de Setembro de 2015

Assunto: Consulta pública – EIA Central Fotovoltaica de Alcoutim (concelhos de Alcoutim e Tavira)

Exmo. Sr. Presidente

A SPEA vem apresentar o seu parecer sobre o processo de AIA em epígrafe, no âmbito da consulta pública em curso.

O Projecto em estudo abrange uma área de 1 363 ha, dos quais aproximadamente 594 ha serão ocupados pelas várias infra-estruturas que compõem a Central Fotovoltaica. A área do Projecto localiza-se no concelho de Alcoutim (abrangendo as freguesias de Martim Longo e Vaqueiros). O corredor da Linha Eléctrica, com uma extensão de 7,9 km, desenvolve-se nos concelhos de Alcoutim (freguesia de Vaqueiros) e Tavira (freguesia de Cachopo. O projecto inclui as seguintes infra-estruturas:

- Instalação fotovoltaica;
- Instalação eléctrica de média tensão;
- Subestação;
- Posto de comando;
- Caminhos e vedação.

O projecto não incide espacialmente sobre nenhuma área classificada ou IBA. O que obviamente não significa que não existem impactos sobre a biodiversidade. O projecto contempla uma artificialização permanente do habitat natural pré-existente numa extensão superior a mil hectares e contem infra-estruturas responsáveis por mortalidade de aves, como as linhas aéreas de transporte de electricidade. Acrescente-se o facto do projecto estar localizado entre quatro áreas importantes para espécies de aves ameaçadas, sendo três delas classificadas (ZPE de Castro Verde, IBA de São Pedro de Solis, ZPE do Vale do Guadiana e ZPE da Serra do Caldeirão).

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
Portugal

Sede Nacional National Headquarters
Avenida João Crisóstomo, 13 - 4º andar
1600-19 Lisboa - Portugal

Tel. +351 213 220 430
Fax. +351 213 220 439
E-mail spea@spea.pt

www.spea.pt

NIF 503197707



extinção e de protecção prioritária ao abrigo do Anexo I da Directiva Aves, nomeadamente abutre-preto (*Aegypius monachus*), águia-imperial (*Aquila adalberti*) e águia-perdigueira (*Aquila fasciata*, também conhecida por águia-de-bonelli).

A SPEA, através do seu Grupo de Trabalho, tem conhecimento da ocorrência de águia-perdigueira e do açor (*Accipiter gentilis*) na área de estudo da Central Fotovoltaica de Alcútem.

A área de estudo do projeto insere-se na área de distribuição do núcleo populacional de águia-perdigueira mais denso do Sul de Portugal, sendo por isso circundada por vários locais de reprodução da espécie. Apesar de desconhecer a nidificação da espécie na área de estudo do projeto, a SPEA tem conhecimento que a área é utilizada por indivíduos da espécie para caçar, nomeadamente entre Santa Justa e a ribeira da Foupana.

O Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) (datado de abril 2015) reconhece a ocorrência possível de águia-perdigueira na área de estudo listando-a apenas no "Anexo 4 – Elenco Faunístico", mas não enquadra devidamente o elevado potencial da área de estudo para esta e outras espécies ameaçadas, em termos de disponibilidade alimentar e locais de nidificação. Para além da densidade favorável de coelho e perdiz, a área de estudo engloba vários eucaliptos de grande porte em locais tranquilos ao longo da ribeira da Foupana.

A SPEA tem ainda conhecimento da nidificação de açor – espécie com estatuto de conservação Vulnerável – na área de estudo do projeto, na pequena mancha de eucaliptal sita na margem esquerda da ribeira da Foupana, junto ao edifício mais a sul do empreendimento turístico devoluto de Finca Rodilhas e imediatamente a Oeste do conjunto de sectores fotovoltaicos 94 a 101. Contudo, a espécie não consta do elenco faunístico com ocorrência potencial para a área de estudo (Anexo 4).

O EIA refere que a caracterização da comunidade faunística foi suportada em bibliografia especializada e numa amostragem de 2 dias de campo em junho 2013 para prospeção de espécies de fauna, que incluiu a realização de pontos de escuta diurnos e noturnos para aves.

Apesar do EIA referir que a diversidade de biótopos favorece a ocorrência de espécies com elevado valor conservacionista, nomeadamente que as áreas mais xéricas podem constituir territórios de caça para aves de presa, os trabalhos de campo não incluíram a realização de pontos de observação de aves de rapina e planadoras nem a prospeção de locais de nidificação destas espécies.

O EIA é ainda omissivo quanto às entidades contactadas na área da ecologia e que podiam fornecer informação sobre a ocorrência de locais de nidificação na área de estudo,

nomeadamente para a águia-perdigueira, águia-imperial e águia-real (*Aquila chrysaetos*).

Perante este factos, é óbvio que a situação de referência e os impactes foram descritos superficialmente, sem enquadrar devidamente os efeitos e consequências da instalação da central fotovoltaica e a linha de alta-tensão que a liga à rede pública, nomeadamente as alterações no habitat e a perturbação humana, nas espécies com estatuto de conservação desfavorável na área de estudo (confirmadas ou não durante o trabalho de campo). O estudo apresenta lacunas graves e incongruências, como a referência à suposta ausência de espécies de aves com estatuto de conservação e protecção na área de estudo no Quadro 5.32.

Considerando:

- A utilização confirmada da área de estudo para caça pela águia-perdigueira e para nidificação pelo açor;
- A inserção da área de estudo na área de maior densidade de casais reprodutores de águia-perdigueira em Portugal;
- A elevada potencialidade da área de estudo do projecto para a ocorrência e nidificação de águia-perdigueira e de outras espécies ameaçadas (como a águia-imperial e águia-real);
- A ausência de contacto com entidades que detêm informação actualizada sobre a ocorrência destas espécies;
- A ausência de aplicação de metodologias direccionadas à detecção de aves de rapina durante os trabalhos de campo para o EIA, nomeadamente a prospecção de locais de nidificação destas espécies ameaçadas, o que resultou na não detecção da nidificação de açor;
- A descrição e análise pouco cuidada da situação de referência – sendo até imprudente e negligente no que se refere aos locais críticos de nidificação – e dos potenciais impactes da infra-estrutura no que se refere às espécies avifaunísticas com estatuto de conservação desfavorável, que culminam na afirmação *“Não foram, ao longo da elaboração do presente EIA, identificadas lacunas de conhecimento imprescindíveis à correcta avaliação dos impactes decorrentes do Projecto e proposta das respectivas medidas mitigadoras. Os dados existentes e os adquiridos em termos de trabalho de campo dirigido foram considerados suficientes para uma boa caracterização da situação de referência e consequente análise de impactes e proposta de medidas de minimização”*;

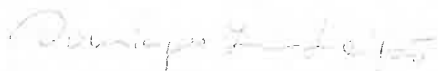
A SPEA conclui que existem **graves lacunas de conhecimento** no que se refere à ocorrência de águia-perdigueira e açor (e de outras espécies com estatuto de conservação desfavorável) na área de estudo da Central Fotovoltaica de Alcútem, **que invalidam as conclusões do EIA no que se refere aos impactes nas espécies da fauna**, nomeadamente no que diz respeito às espécies de aves protegidas ao abrigo da Directiva Aves.

A SPEA considera, assim, que são necessários **estudos rigorosos e aprofundados, com metodologias direccionadas** para estas espécies de hábitos discretos, que identifiquem o tipo de ocorrência na área de estudo do projecto, as áreas mais utilizadas e que permitam avaliar correctamente os impactes desta infraestrutura. Sem estes estudos o projecto não pode obter luz verde da Autoridade de Impacte Ambiental.

Relembra-se ainda que a águia-perdigueira é uma espécie do Anexo I da Directiva Aves, com estatuto de conservação prioritário. A degradação do local de nidificação e de outros locais de dependência desta espécie está interdita à luz daquela directiva e da legislação nacional.

Desta forma, a SPEA considera que este EIA é insuficiente para a identificação cabal dos impactes sobre a biodiversidade e a sua minimização. Defende a realização de estudos mais detalhados e uma reformulação do projeto, que estude de forma exaustiva e precisa a situação de referência em termos de biodiversidade e que contemple alternativas de localização das componente do projeto, para a proteção da avifauna.

Com os melhores cumprimentos.



Dr. Domingos Leitão

Coordenador do Programa Terrestre

Cc:

Secretario de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Director-Geral do Ambiente, da Comissão Europeia

Dr. e. l. m. - S. n. h.
02-05-2017
Augusto Serrano
CHEFE DE DIVISÃO

DCOM

31 08'15 0'79'75

Exmo. Senhor
Dr. Nuno Lacasta
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Apartado 7585 – Alfragide
2611-865 Amadora

Nossa ref.:

Sua ref.: S041530-201508-DCOM.DCA, de 05.08.2015

Assunto: CONSULTA PÚBLICA DO PROJECTO "CENTRAL FOTOVOLTAICA DE ALCOUTIM" – AIA 2827

Exmo. Senhor,

Na sequência do vosso ofício mencionado em epígrafe, e após consulta do Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental, em fase de Projecto de Execução, relativo à "Central Fotovoltaica de Alcoutim", da Solara4 - Energias Renováveis Lda., verifica-se que na área de estudo não existe qualquer concessão de construção, conservação e exploração de auto-estradas outorgadas à Brisa – Concessão Rodoviária, S.A..

Com os melhores cumprimentos,



Victor Santiago, *Director*



Dados Gerais

Designação	Central Fotovoltaica de Alcoutim
Designação Completa	Central Fotovoltaica de Alcoutim
Período de Consulta	10/08/2015 > 04/09/2015
Estado	Encerrada
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	
Área Temática	Ambiente (geral)
Entidade promotora do projecto	Solara4-Energias Renováveis Lda
Entidade promotora da CP	A.P. Ambiente
Técnico Responsável	

693

Data: 31/08/2015

Autor: Theo Fernandes

Estado: Tratado

Classificação: Dentro do Âmbito

Comentário

na qualidade de habitante de Santa Justa e proprietária de diversas propriedades nas imediações, nomeadamente no sítio das Pelenganas, venho informar que a implantação dos painéis solares aposta na documentação disponibilizada não atende à rede de caminhos públicos existente desde tempos imemoriais e que tem a função permitir o acesso das imensas propriedades e à ribeira da Foupana.

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 31/08/2015**Autor:** Antónia Maria Palma

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

Na qualidade de habitante de Santa Justa e proprietária de diversas propriedades nas imediações, nomeadamente no sítio das Pelenganas, venho informar que a implantação dos painéis solares aposta na documentação disponibilizada não atende à rede de caminhos públicos existente desde tempos imemoriais, que tem a função permitir o acesso das imensas propriedades e à ribeira da Foupana. No meu caso particular e caso venha a ser aprovada a presente proposta, o acesso às minhas propriedades no sítio das Pelenganas passará dos 3000 metros para os 9500 metros, pois passarei que ter que ir a Martinlongo e depois tomar a estrada de Vaqueiros. Para além do meu caso pessoal, existe toda a introdução de uma perturbação local na localidade de Santa Justa, em que estão em causa o acesso a dezenas de propriedades dos meus vizinhos, o acesso à ribeira da Foupana e a localidades limítrofes. Saliento o facto da localidade de Santa Justa ter uma relação muito forte com a ribeira da Foupana, sendo o único local de acesso a água abundante no período estival. Para melhor compreensão, anexo cartografia com indicação de parte dos caminhos em causa. Na expectativa de que não passou de uma lacuna da equipa técnica que elaborou a proposta e de que a comissão de avaliação atenderá aos aspectos sociais e legais em apreço, solicito que na aprovação do projecto de instalação do parque solar sejam salvaguardados os caminhos públicos existentes desde tempos imemoriais. Antónia Maria Palma

Anexos:1

Resposta ao comentário

Data: 02/09/2015**Autor:** Aurelio Teixeira

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

1-Deve ser garantido o livre acesso ao caminho público entre Vaqueiros e Malfrades bem como o livre acesso a propriedades agrícolas particulares que estão inseridas nos limites da área em estudo. 2- Porquê construir uma nova linha de muito alta tensão se a existente (Tavira - Puebla) permite a adição de mais um par de termos para transporte de energia? 3-O PDM Alcoutim diz no art. 43ª que nos espaços agroflorestais deve ser preservada a sua vocação florestal. Isto será garantido?

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 02/09/2015**Autor:** guadiana.parque@mail.telepac.pt

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

Segue parecer em carta em ficheiro anexo (Participação carta Guadiana Parque SA)

Anexos:5

Resposta ao comentário

Data: 03/09/2015**Autor:** Olga Maria Teixeira Amaral Ludovico

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

O projeto em causa surge descontextualizado por falta de um cuidado e rigoroso estudo de enquadramento local. Os dados apresentados são insuficientes, desatualizados e redutores. O referido projeto terá repercussões muito negativas ao nível do ecoturismo que se encontra em pleno desenvolvimento na zona de implantação do projeto. Os impactos negativos sentir-se-ão de imediato, pois não há operadores turísticos que apostem numa zona repleta de painéis solares. Todo o investimento já feito a nível de alojamento, restauração, artesanato, divulgação, etc... cairá por terra numa zona que apenas tem para oferecer a sua beleza natural. Estamos na fase em que a aposta no turismo da natureza começa a "mexer" com a economia local e o referido projeto, a concretizar-se, constituirá a morte de todo o investimento e expectativas, tornando-se o primeiro passo para a desertificação acelerada desta zona (principalmente a freguesia de Vaqueiros). Queremos desenvolvimento, sim, mas sustentado. Não queremos um atentado à natureza. Somos a favor das energias "limpas", mas não naquela localização. Existem no concelho zonas mais adequadas a um projeto desta envergadura e com impactos menos negativos - é uma questão de realizar estudos adequados, com base em dados atualizados e metodologias consistentes.

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 03/09/2015**Autor:** Carlos Ludovico

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

Bom dia. Em anexo segue o documento que elaborei e que tornarei público com uma análise ao projeto em causa. Com os melhores cumprimentos Carlos Ludovico

Anexos:1

Resposta ao comentário

Data: 03/09/2015

Autor: rosaguedes

Estado: Tratado

Classificação: Dentro do Âmbito

Comentário

Como defensora do modelo das energias alternativas, considero que estas não podem ser promovidas com impactos negativos acentuados e semelhantes aos das outras energias. Construir parques solares que destroem ou prejudicam a economia local tradicional (pela ocupação excessiva dos solos, com destruição dos habitats naturais de animais e da vegetação) ou as actividades económicas de turismo ecológico, sem impactos negativos na natureza, contraria a filosofia de base das energias alternativas. Este projecto megalomano tem que ser redimensionado. Basta ter como padrão comparativo o projecto de Amareleja, que é um dos maiores do mundo em energia fotovoltaica (se não o maior)

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 04/09/2015

Autor: Alice Pisco

Estado: Tratado

Classificação: Dentro do Âmbito

Comentário

A instalação e utilização de energias alternativas é o futuro. Portugal, nesse processo, tem um papel importante a nível mundial. No entanto, esse processo não deve ser garantido ignorando o trabalho árduo de gerações passadas e sacrificando o presente e o futuro das populações locais que salvaguardam com os seus saberes um património de milénios - conservação de solos e água, preservação de fauna e flora, actividades económicas compatíveis com os recursos existentes . Foi por esses motivos que Portugal obteve recentemente o reconhecimento por parte da UNESCO de país representativo do Património Cultural Imaterial Mundial - Dieta Mediterrânica. Nesse contexto, não é aceitável instalar um mega empreendimento com impactos negativos enormes nos solos, fauna, flora e património em geral, inviabilizando pequenas actividades económicas - artesanato, alojamento e restauração ligados ao eco-turismo e, em particular à Via Algarviana, apicultura, várias zonas de caça associativa e actividades florestais existentes na área de projecto. A dimensão do projecto deve, pois, ser compatibilizada com a salvaguarda dos recursos endógenos e das actividades económicas existentes. Para consensualizar as características do projecto a população abrangida deve ser ouvida e a sua opinião deve ser respeitada - o que não aconteceu até ao momento.

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 04/09/2015**Autor:** João Ministro

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

Exmos Srs. A Proactivetur é uma empresa especializada em turismo de natureza no interior do Algarve, desenvolvendo programas de caminhada na Via Algarviana. Ao tomar conhecimento deste projecto em discussão públicas e seus pormenores, preparamos um parecer nosso que anexamos a esta mensagem. A nossa preocupação com o futuro turístico desta zona é muito grande e caso não sejam equacionadas alternativas profundas no projecto, o impacto que daí poderão advir poderão colocar em causa a sobrevivência de pequenos negócios locais e de toda uma infra-estrutura chamada Via Algarviana. Os nossos cumprimentos.

Anexos:1

Resposta ao comentário

Data: 04/09/2015**Autor:** Casa do Lavrador, TER

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

O projeto não tem preocupação da regeneração ambiental, parecendo sim que contribuiria para o degradar ainda mais. Somos uma pequena empresa familiar e no que respeita à nossa atividade consideramos que o impacto deste projeto seria muito negativo, essencialmente pelas repercussões gravosas que teria sobre a Via Algarviana. Truncando-a, seriam adulteradas as suas características, que, no global, constituem a motivação para o fluxo de caminhantes - larga maioria dos nossos clientes. Provocaria por isso um impacto económico negativo significativo à escala local, regional e nacional. Esta Via veio estruturar uma oferta turística que se baseia na identidade e especificidade cultural e territorial das várias zonas que atravessa e promover a oferta de serviços aos caminhantes e que tem vindo a evidenciar resultados muito positivos. Constitui um caso raro de sucesso na promoção da economia e da identidade local e é um pilar essencial da viabilidade económica da nossa unidade. A concretização deste projeto, com a sua definição e seu impacto, viria contrariar no terreno aquilo que tem representado ao longo de muitos anos o reinvestimento sucessivo dos nossos resultados num esforço de florestação seguindo as Boas Práticas e as recomendações da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e é desmoralizador porque contraria a essência do que há muitos anos tem sido a nossa conduta, enquanto atores económicos, assim como de tantos outros como nós.

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 04/09/2015**Autor:** Mário de Carvalho

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

Num território que é Área Piloto do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, surpreende muito que se proponha uma instalação que, pela sua dimensão e concentração, compromete significativamente a ação que, com tanto esforço, tem vindo a ser levada a cabo pela população do território, através do seu desempenho agro-silvo-pastoril e que se manifesta não apenas na concretização e condução de áreas florestais, mas até no seu ordenamento através da constituição massiva das vizinhas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e do desempenho permanente da sua associação de proprietários florestais CUMEADAS. Isto, porque parecem não ter sido devidamente acautelados aspetos como a erosão dos solos, a promoção da biodiversidade e a efetiva contribuição para a prevenção de incêndios bem como a otimização da pequena economia local no território, por exemplo. A estes prejuízos e ausência de impactos sociais e económicos positivos ainda se pode acrescentar a sua colisão com o precioso e raro caso de adequação estruturante da pequena economia local do território com a economia geral como é a VIA ALGARVIANA, com impacto nas escalas regional, nacional e internacional, agredida sem qualquer contemplação. Um exemplo infeliz de pretenso desenvolvimento progressista e capital intensivo de um território deprimido que se releva afinal essencialmente destruidora e desumanizadora.

Anexos:Não

Resposta ao comentário

Data: 05/09/2015**Autor:** Nuno Palma

Estado: Tratado**Classificação:** Dentro do Âmbito

Comentário

Anexos:1

Resposta ao comentário

Central Fotovoltaica de Alcoutim

Junta de Freguesia de Cachopo
Setembro de 2015
geral@jf-cachopo.pt

Este texto pretende expor a posição da Junta de Freguesia de Cachopo (JFC) face à proposta de implementação da Central Fotovoltaica de Alcoutim (CFA), tendo em conta o estudo de impacto ambiental.

Através da leitura do Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da Central Fotovoltaica de Alcoutim que nos foi entregue e do Estudo de Impacte Ambiente (EIA) obtido através do sítio www.participa.pt, tivemos conhecimento da proposta de implementação da CFA e das características da mesma. Ficamos surpreendidos com diversos aspetos, entre eles, os timings entre entrega de alguma informação à JFC e o início do projeto, a magnitude do projeto e aspetos que envolvem a criação, exploração e possível desativação do mesmo. Convém referir que a JFC só teve conhecimento do projeto no final do mês de Agosto de 2015, o que é deveras estranho uma vez que está contemplado no projeto a criação de um corredor de ligação entre a CFA e a sub-estação de Tavira da REN, o qual passa na freguesia de Cachopo.

Vários aspetos destacam-se como negativos neste projeto e não são identificados no EIA, entre os quais:

- Destruição permanente de floresta de elevado valor constituída por espécies protegidas, nomeadamente azinheiro e sobreiro. Ao contrário do que se pode ler no EIA a recuperação destas espécies não será possível num prazo de tempo tão curto como o que é referido de meros 30 anos. A replantação não será análoga aos espécimes centenares existentes, além de que é amplamente conhecido pelos produtores florestais de que a viabilidade das plantações destas espécies tem sido muito baixas nos últimos anos.
- Aumento acentuado da erosão dos solos intervencionados: A área de implementação de painéis fotovoltaicos compreende 594ha, a qual na sua vasta maioria não estará coberta por nenhuma espécie o que agravará terreno já de si identificado como de elevado risco de desertificação. Esta refere-se há ausência de espécimes vegetais e animais.
- Poluição visual. A CFA pela sua grande extensão e o contraste para com a paisagem envolvente será um elemento de foco na paisagem que não passará despercebido.
- Alteração e poluição dos recursos hídricos. As alterações morfológicas da área de implementação levarão a uma alteração da linha de escoamento das águas, o que condicionará a captação desta nos aquíferos e acentuará a erosão das terras superficiais férteis.

O método de limpeza dos painéis fotovoltaicos mais frequentemente recorre à utilização de água com sabão. No presente estudo não é referido, mas é um dado significativo devido à área total dos painéis ser elevadíssima.

O EIA refere a utilização de corta-matos para manutenção das ervas entre a faixa de separação dos painéis solares. A utilização de corta-matos provoca a projeção de poeiras, pedras e outros objetos. Como consequência a projeção de poeiras irá condicionar a eficiência de produção de energia elétrica através da acumulação destas na superfície dos painéis, já a projeção de pedras a grande velocidade irá danificar ou até mesmo destruir os mesmos. Assim esta “solução” parece-nos irreal devido ao aumento de custos de manutenção deste equipamento, pelo aumento exponencial de limpeza dos painéis e substituição do equipamento danificado pelos impactos dos projéteis. Um aumento da necessidade de limpeza levaria incondicionalmente a um acentuar de produtos de limpeza para os solos contaminando as águas. Desta forma, prevemos que o cenário mais provável e realista será a utilização acentuada de fitofármacos, com todas as agravantes que acarreta.

- Degradação moderada a acentuada das vias de comunicação mais utilizadas aquando da montagem da infraestrutura. Esta situação já se verificou anteriormente na implementação de grandes infraestruturas na Freguesia de Cachopo (subestação de Tavira da REN e Parque Eólico de Cachopo), e que levou á degradação moderada da EN124 e acentuada da estrada EN397 pela circulação de veículos pesados e pelo transporte de grandes cargas.

Estas alterações das condições das vias de comunicação irão afetar tanto a qualidade de vida dos residentes como a atratividade da região a quem nos visita. Esta degradação dos acessos dificultará também futuros investimentos na região pois os custos logísticos serão mais elevados, aumentando assim o fosso entre interior e litoral. Como se pode verificar as fases de construção da subestação de Tavira da REN e do Parque Eólico de Cachopo já terminaram e estes projetos encontram-se em plena fase de exploração. Não obstante a EN124 e a EN397 permanecem sem obras de reposição das condições referidas no caderno de encargos.

Prevê-se que a situação se repita.

- Afetação no turismo local e regional. É referido no EIA que o local de implementação da CFA caracteriza-se pela não existência de fontes de poluição de relevo e de uma qualidade do ar muito boa. Estes, entre outros, são fatores de destaque na procura pela Serra do Caldeirão por parte de quem nos visita. A implementação de uma central com as características que a revestem afeta a

harmonia e qualidade da região quer pelos seus elementos estranhos ao espaço envolvente como pelas dimensões da mesma.

Este projeto afetará alguns investimentos que tem sido realizados e que promovem o turismo na região. Referimo-nos a todo um conjunto de espaços hoteleiros, de turismo rural, de zonas de caça turísticas, de restauração e artesãos. Para além destes investimentos de âmbito privado também a Via Algarviana tem sido alvo de grandes esforços no sentido de promover e dinamizar a mobilidade turística no interior algarvio, contando já com um investimento de 1,2 milhões de euros.

Tendo em conta como referido que um dos objetivos da região é a valorização do interior do ponto de vista turístico, o projeto CFA vai contra o caminho a seguir.

É indicado que após a fase de exploração, a qual terá uma duração de 30 anos, decorrerá uma fase de desativação. Acerca desta fase temos duvidas que o projeto seja desativado ao fim desse período. Se o mercado ainda for favorável para a produção de energia, através deste método, muito provavelmente o parque de painéis sofrerá atualizações de equipamentos. Se porventura o cenário do sector já não for favorável é muito provável o simples abandono das instalações não sendo ativado a fase de desativação. Como podemos verificar não traduz, que uma empresa com um capital social de 25.000€ detenha um projeto desta envergadura na casa dos 200.000.000€. Esse cenário remete para uma paisagem com todo o equipamento ao abandono.

A exploração de rosmaninho e de mel (fictícias) parece-nos uma tentativa de atenuantes nos aspetos negativos que o projeto detêm. Não tendo a relevância no terreno que lhe é conferida no papel.

Convém salientar que é referenciado a existência de contrapartidas financeiras para as camaras e juntas das áreas intervencionadas, no entanto, apesar de o corredor que liga a CFA e a subestação de Tavira, a JFC, não recebeu nenhum contacto por parte da empresa Solara4. Assim informamos que a JFC desconhece as contrapartidas referidas no EIA.

Em suma o EIA vai tão somente de encontro aos objetivos da empresa promotora do projeto, não salvaguardando o território como o deveria fazer, uma vez que minimiza todos os aspetos negativos enumerados.



Exmos senhores (as) Comissão de Avaliação

A Guadiana Parque S.A. é possuidora e legítima proprietária da Herdade das Ferrarias com área de 242 Hectares. Na propriedade existem as antigas minas da Cova dos Mouros, Património Mineiro com projectos declarados de interesse turístico e de relevância cultural, uma unidade de alojamento local situada no povoado urbano das Ferrarias, bem como, um projecto aprovado pelo Turismo de Portugal para um empreendimento turístico com Hotel e Parque Safari, equipamentos todos estes que tem por base essencial, o usufruto e o enquadramento da qualidade visual da paisagem e dos seus valores naturais, (anexo 1 e 3 informação de Serviço nr. 2015.I.6015 DVO/DEEO/EA, Pedido de Informação Prévia). Releva-se a grande beleza paisagística do vale da Ribeira da Foupána como factor decisivo de mais-valia que levou à aquisição da propriedade.

Da análise à documentação disponibilizada em consulta pública do projecto da central fotovoltaica de Alcoutim (200 MW), verifica-se que este confronta directamente com os nossos empreendimentos, afigura-se que o desenvolvimento do nosso projecto aprovado ficará comprometido, assim como a própria propriedade e empreendimento existente estará prejudicada e sujeita a uma desvalorização, caso venha a ser viabilizado a totalidade das áreas propostas para a implementação dos painéis solares.

1) Efectivamente os sectores fotovoltaicos nr. 87 a 101 e parte 46 (marcado a cinzento) representam um **impacto significativo** para com nossa área de desenvolvimento e/ou das instalações existentes. (anexo mapa – Zona das Ferrarias marcado a verde).

2) Afigura-se também uma intrusão visual em parte da Via Algarviana, situada fora desta propriedade, que levará mesmo à não preferência por parte dos seus potenciais utilizadores, o que levará a uma diminuição na procura de alojamento local, caso não sejam acauteladas medidas adequadas.

3) Existe ainda um contacto visual liminar contínuo ao longo da fronteira Leste da propriedade até ao povoado urbano das Ferrarias/unidade de alojamento local, do qual esta zona poderá ser eventualmente colmatado com uma faixa tampão de protecção verde de dimensão suficiente com arvoredo apropriado.

Julgando-se que é possível compatibilizar os diversos usos do território, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, solicita-se que a Comissão de Avaliação na sua proposta de decisão não comprometa as diversas pretensões nas áreas limítrofes, incluindo mesmo a qualidade do empreendimento Hoteleiro de mais de 100 quartos com 3 andares, situado na Finca Rodilhas, cuja estrutura, alvenaria e cobertura se encontram finalizadas, o qual, será afectado seriamente a nível visual e de proximidade.

A Administração

Jutta Issler



Vista Hotel Finca Rodilhas





Vista fronteira norte Ferrarias



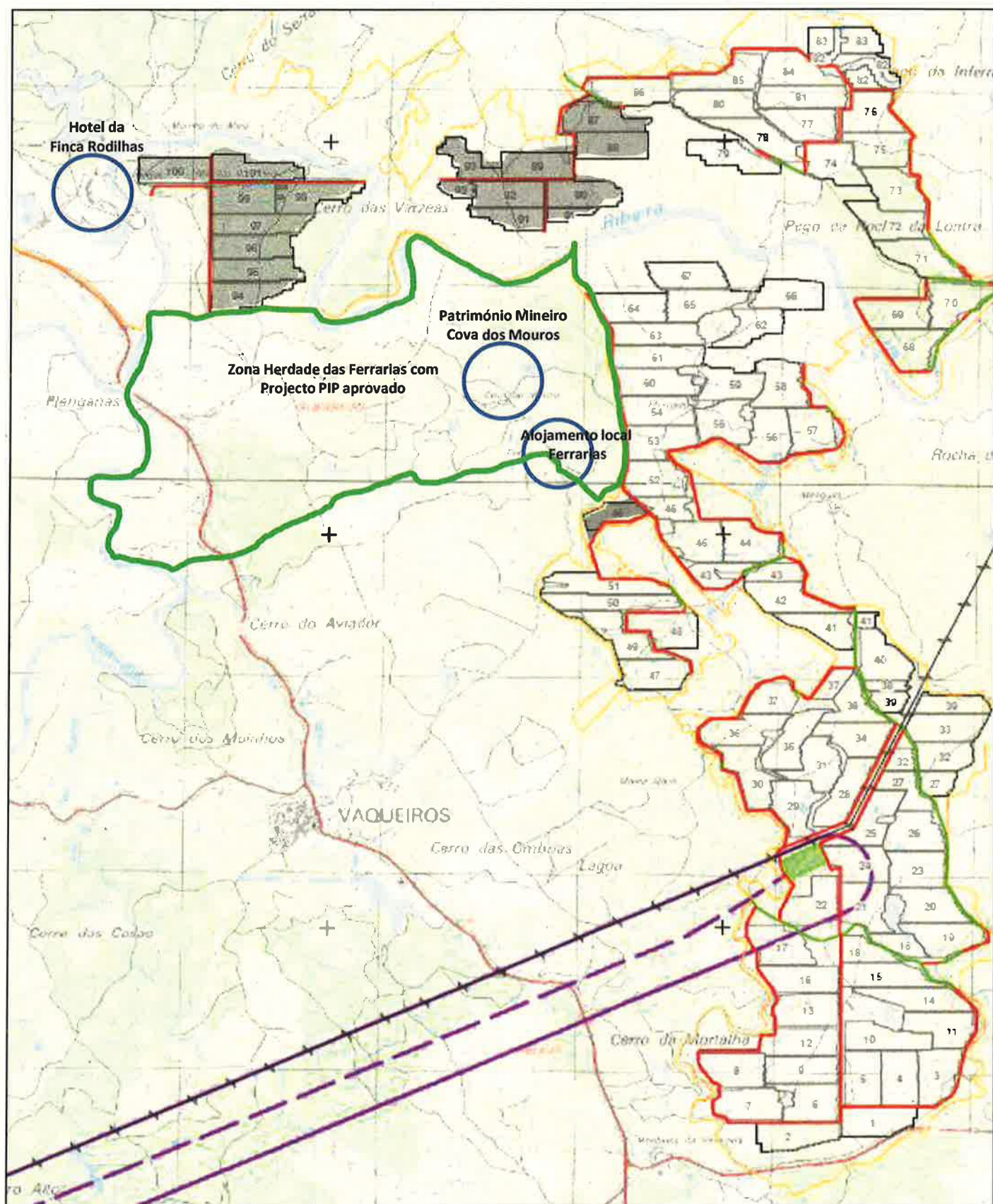
Vista sobre Parque Mineiro



Vista norte e vale da Ribeira da Foupana



Povoado urbano das Ferrarias e Unidade de Alojamento Local



Exmos Senhores da Agência Portuguesa de Ambiente

4 de Setembro 2015

Assunto: Discussão Pública sobre o projecto SOLARA4 – Central fotovoltaica de Alcoutim – apresentação de comentários

Exmos Srs.

A Proactivetur, Lda. é uma empresa de Turismo Responsável, especializada em Turismo de Natureza, que desde 2011 tem vindo a desenvolver numerosas actividades no interior do Algarve, designadamente em torno da Via Algarviana. Esta empresa tem actualmente parcerias comerciais com diversas agências internacionais (ex. Wikinger Reisen, Aarts Wandelresen, HilltopTrack), com as quais comercializa viagens de caminhadas na Via Algarviana. Este segmento representa hoje, na nossa empresa, cerca de 50% da facturação, e mobiliza centenas de clientes por ano, que visitam o Algarve com o propósito específico de caminhar nesse itinerário. Entre as viagens que comercializamos, consta a secção da Via Algarviana entre Alcoutim e Cachopo, passando por Vaqueiros, onde os clientes pernoitam 2 noites no mínimo. Além de alojamento, os caminhantes beneficiam ainda de serviços de restauração e transporte de bagagens que em Vaqueiros é prestada por restaurante e taxista local, respectivamente.

Ao tomar conhecimento do projecto da SOLARA4 “Central Fotovoltaica de Alcoutim” e os pormenores do mesmo, não poderíamos deixar de manifestar a nossa preocupação sobre o seu impacto nesta região e deixar por escrito a nossa opinião.

1. Sobre o projecto

Independentemente do interesse da temática associada ao projecto - que defendemos como aposta de futuro - o projecto que se aqui apresenta, pela sua dimensão, pelo local onde se pretende instalar, pelas exigências técnicas de construção e os impactos derivados da mesma, tem no nosso entender impactos negativos muito significativos, permanentes e na sua maioria irreversíveis. Mesmo que se apliquem medidas compensatórias, as consequências derivadas da implantação do projecto neste local trará, certamente, consequências nefastas ao nível da protecção dos solos, do coberto vegetal, da paisagem e respectiva biodiversidade, bem como da componente sócio-económica local.

2. Sobre os seus impactos

Descrevemos, neste capítulo, os impactes sobre as componentes que maior relação têm com a nossa atividade profissional.

2.1. Paisagem – haverá uma profunda transformação paisagística da zona pelo projecto em causa, que irá afectar não só a sua área de implantação directa (594ha), mas uma região mais vasta, uma vez que a área coberta de painéis será visível de uma grande distância em torno daquela. A instalação de painéis solares em encostas e colinas, nalguns casos com desníveis bastante acentuados, vai mudar o cenário natural que hoje ali se pode observar e criar um ambiente muito artificial. Esta mudança irá afectar, irremediavelmente a qualidade ambiental de todo o território, a base da atractividade do Turismo de Natureza. As consequências desta intervenção ameaça, inclusive, os esforços que diversas entidades regionais têm vindo a desenvolver no intuito de potenciar o turismo de natureza no interior do Algarve, nomeadamente a Região de Turismo do Algarve, a CCDR Algarve, Associações de Desenvolvimento Local, podendo “deitar por terra” os muitos investimentos preconizados em promoção, estruturação e qualificação.

2.2. Biodiversidade – A perda de vegetação na área de implantação dos painéis solares, em 594ha, será enorme, permanente e irreversível. Mesmo após a desactivação do projecto, o estado de degradação dos solos neste território não é garante que num período realista se venham a recuperar as comunidades vegetais que serão destruídas com a instalação do projecto. Ainda que estas comunidades sejam, em muitos locais, pouco diversas e valiosas do ponto de vista conservacionista, apresentam contudo a particularidade de estarem adaptadas ao local, terem crescido em condições adversas e serem parte integrante da paisagem local. Por outro lado refira-se, que nos 594ha serão afectados habitats de numerosas espécies de aves protegidas, e constantes do Anexo I da Directiva Comunitária Habitats, como a Felosa do mato (*Sylvia undata*), Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*) e Águia de Bonelli (*Aquila fasciata*). Refira-se, sobre esta última espécie, a existência de um casal nas imediações do projecto, sendo esta vasta área seu território de caça.

2.3. Aspectos Socio-económicos

Sobre este aspecto há muito a referir. A começar pelo facto do EIA estar manifestamente pobre, incompleto e incorrecto sobre a caracterização desta componente. De ignorar por completo a existência de vários alojamentos turísticos na região, como seja o Alojamento Local para fins turísticos “Casas da Aldeia” e “Monte das Ferrarias”, em Vaqueiros, ou a “Casa do Lavrador” em Furnazinhas. Todos estes espaços vivem hoje, maioritariamente, de turistas que utilizam a Via Algarviana, especialmente nas épocas de Setembro a Maio – período de época baixa turística na generalidade do Algarve. O estudo esquece-se ainda que neste território existem diversos espaços de restauração, unidades de produção agro-alimentar, apicultura, várias artes e ofícios ainda activas e uma forte atividade cinegética. Nada disto está caracterizado no EIA em discussão pública, nem os impactos sobre estes ramos de actividade quantificados.

2.4. A Via Algarviana

Sobre este projecto, em particular, pretendemos manifestar uma especial preocupação sobre o que poderá vir a acontecer, caso este projecto SOLARA4 seja aprovado e seja executado nos termos descritos no EIA em causa.

A Via Algarviana nasceu por iniciativa de organizações não governamentais e do apoio público de 11 municípios, da Região de Turismo do Algarve, da Associação de Turismo do Algarve, da CCDR Algarve, e com fundos comunitários, com o objectivo de atrair pessoas ao interior do Algarve e potenciar uma economia verde associada ao ecoturismo. Esta visão assenta numa lógica de valorização sustentável dos recursos endógenos deste território. Desde o momento da sua criação – inaugurada oficialmente em 2009 – a Via Algarviana tem atraído milhares de pessoas a esta região e tem contribuído muito para o surgimento de novas actividades comerciais e empresariais. Novos alojamentos, espaços de restauração, empresas de animação turística surgiram em torno da Via Algarviana, e em 2010 uma nova candidatura foi aprovada para reforçar o papel desta infra-estrutura e aumentar a sua visibilidade no exterior. No total, a Via Algarviana já recebeu quase 2 milhões de euros para se instalar, promover e apoiar o turismo de natureza no Algarve.

As valências deste percurso, na experiência de uma empresa como a nossa que trabalha diariamente com agências internacionais e clientes oriundos de diversos países (ex. holanda, alemanha, suíça, Bélgica, Inglaterra, Irlanda) são: a tranquilidade e sossego que o território proporciona; o rico enquadramento paisagístico da região e a biodiversidade associada; o contacto com os povoamentos serranos e as comunidades locais; a gastronomia tradicional; e claro, o facto de estar bem sinalizada no terreno, decorrer em caminhos rurais antigos e pouco utilizados.

O seu papel no combate à desertificação do interior algarvio foi de tal ordem que em 2013 recebeu o prémio “Dryland Champions 2013”, atribuído pela Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação.

Ora, de acordo com o presente projecto em discussão, verifica-se o seguinte:

- que irá ocorrer uma afectação directa de um troço da Via Algarviana, entre Malfrades e Vaqueiros, numa extensão aproximada de 1,5km, com intervenção no caminho em si, na sinalética existente e claro, no ambiente natural envolvente derivado da destruição da paisagem e coberto vegetal que ali existe;

- Cruzamento da linha eléctrica de muito alta tensão em 3 locais. Ainda que uma das linhas já exista actualmente, o efeito visual será intensificado com as novas linhas e postes a instalar, bem como a artificialização da paisagem;
- a quase certa afectação de outras partes do percurso, derivado dos trabalhos a realizar para instalar a linha eléctrica, nomeadamente na zona de Amoreira (Concelho de Tavira, freguesia de Cachopo)
- ocorrência de períodos de muito ruído e a libertação de muitas poeiras durante a fase de construção, bem como o aumento da insegurança para caminhanes, derivada da circulação de máquinas e veículos de transporte nesta fase;

Uma vez que nenhum destes impactos foi tido em conta no presente EIA, verifica-se, consequentemente, a ausência de uma avaliação dos impactos que o projecto irá causar ao nível da:

- redução do utilização turística da Via Algarviana e a afluência de turistas nas aldeias de Vaqueiros, Cachopo e Furnazinhas, especialmente ao nível de caminhanes;
- destruição de parte da Via Algarviana e os impactos que daí resultarão ao nível da globalidade deste projecto e sua viabilidade enquanto âncora turística do interior algarvio;
- consequências para a promoção do interior algarvio para o turismo de natureza, nomeadamente no que respeita ao futuro de milhares de guias publicados recentemente onde constam mapas do actual percurso, descrição do território e referências e contactos dos alojamentos das aldeias limítrofes que irão sofrer com as alterações previstas no EIA;
- acção em curso por parte do Turismo do Algarve para combater a sazonalidade turística da região, sabendo que tal acção passa por fomentar, nomeadamente, o turismo de natureza e onde a Via Algarviana tem papel preponderante;
- da provável necessidade de alterar os programas turísticos hoje em comercialização que incluem a passagem por a zona a afectar pelo projecto SOLARA4

Sobre esta último ponto, importa referir que caso ocorra o cenário previsto neste projecto, é muito provável que os programas turísticos actualmente comercializados junto de operadores internacionais tenham de ser alterados, eliminando a passagem por este local (ex. <http://www.hilltopstreks.ie/walking-holidays/walking-tours-abroad/self-guided-walks/portugal-via-algarviana>).

Esta situação não é estranha, tendo já ocorrido no passado com a Proactivetur. Em 2013, na zona de Barão de S. João, em Lagos, onde foi instalado um Parque Eólico, o trilho da Via Algarviana foi convertido numa estrada com vários metros de largura, rectilínea e pelo meio das torres eólicas. O programa que então tínhamos comercializado com a agência Wikinger Reisen (maior operador europeu de caminhadas), foi necessariamente alterado por indicação desta agência – na sequência de diversos comentários de caminhanes desagradados com aquele troço - e tal implicou a eliminação dessa parte no programa. Tal resultou numa perda muito significativa de caminhanes a chegar às aldeias de Bensafim e Barão de S. João. Consequentemente, o número de dormidas nos alojamentos locais, reduziu-se muito. Este exemplo ilustra uma situação pode certamente ocorrer em Vaqueiros e Cachopo com a instalação deste projecto.

Não existindo esta análise, também não existe no EIA em discussão, qualquer referência a medidas compensatórias e de minimização sobre a Via Algarviana e o que esta representa.

3. Conclusão e recomendações

O Estudo de Impacte Ambiental do projecto SOLARA4 faz, claramente, uma subavaliação da Via Algarviana, não apresentando qualquer valorização do seu impacto económico na região. Ignora dinâmicas que este projecto está a imprimir localmente e regionalmente ao nível do turismo de natureza e não contempla nenhuma medida compensatória ou de minimização face aos impactos que irá infligir.

Perante este facto, a Proactivetur manifesta o seu desacordo com a localização do projecto em causa e uma profunda preocupação com os fortes impactos que o mesmo trará ao local, tanto a nível ambiental, paisagístico e como socioeconómico, caso venha a ser implantado como indicado no EIA em causa. Recomenda, por isso:

- a não aprovação do actual EIA em discussão pública, exigindo novos e mais completos estudos sobre a componente socioeconómica e potenciais impactos sobre a mesma;
- encontrar alternativas de localização e dimensionamento de projecto que minimize ao máximo os impactos identificados. A este nível, acreditamos existirem opções mais vantajosas para este tipo de projecto, como seja a planície na zona de Pereiro e Martilongo, onde aliás já existe um projecto da mesma natureza;

Caso o EIA em discussão seja aprovado tal como nos é apresentado, apelamos a que no mínimo sejam consideradas medidas compensatórias e de minimização obrigatórias, nomeadamente:

- Compensações financeiras junto do empresários locais (alojamentos turísticos, empresas de animação turística) por decréscimo de utilizadores na Via Algarviana, seja durante a fase de construção, seja na fase de funcionamento;
- criação de percurso alternativo de ligação da Via algarviana a Vaqueiros, bem como a sua manutenção durante do projecto SOLAR4;
- Reposição de toda a sinalética da Via Algarviana afectada pelo projecto, seja na secção directamente afectada pela instalação – troço entre Malfrades e Vaqueiros – seja nas zonas onde irão decorrer os trabalhos de instalação das linhas eléctrica e que se cruzem com a Via Algarviana;
- Criação de novos elementos atractivos neste percurso, entre Furnazinhas e Vaqueiros, de forma a compensar a forte perda significativa do valor da paisagem e da biodiversidade, e naturalmente, do percurso no seu geral. Entre estes elementos, sugerem-se:
 - valorização do sítio arqueológico do Cerro de Santa Justa;
 - Recuperação de trilhos rurais, muretes e muros delimitadores da Via Algarviana;
 - criação de zonas de merendas ao longo do percurso
 - criação de espelhos de água, como pontos de regeneração de biodiversidade do longo do percurso;
 - criação de posto/centro de informação e interpretação da Via Algarviana em Vaqueiros, com toda a informação deste traçado (património, natureza, etc.) e manutenção do seu funcionamento durante o período de funcionamento do projecto SOLAR4;
 - Melhoramento das redes locais de percursos pedestres em Vaqueiros, Furnazinhas e Cachopo, incluindo a manutenção dos mesmos, criação de novos itinerários, produção de materiais informativos, etc.
- Reimpressão de todos os mapas da Via Algarviana, com as alterações ao traçado imposto pelo projecto SOLAR4 e a devida reposição nos guias onde esses mapas constam (15.000 guias, 10 painéis informativos, website, estruturas promocionais)
- Financiamento de acções promocionais da Via Algarviana nesta zona do Algarve, com acções dirigidas as jornalistas internacionais, anúncios em revistas e jornais, e-marketing, etc.;

Sem outro assunto, apresentamos os nossos melhores cumprimentos

João Silvestre Ministro
Director Geral, General Director

+351 966 132 552
joao.ministro@proactivetur.pt
Skype:jministro



PROACTIVETUR
TURISMO RESPONSÁVEL • RESPONSIBLE TOURISM

www.proactivetur.pt
Facebook.com/proactivetur

Comentários à instalação da central fotovoltaica de Alcoutim designada por SOLARA4

Muito se tem falado sobre a instalação de uma central de produção eléctrica no concelho de Alcoutim.

Como é hábito, e ainda bem, as opiniões são divergentes, no entanto, muitas vezes opina-se sem qualquer conhecimento de causa.

Desta forma, pretendo dar o meu modesto contributo para uma análise mais esclarecida dos prós e contras deste projeto. Para tal, consultei o mesmo, bem como o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) (<http://participa.pt/consulta.jsp?loadP=564>)

Qualquer investimento tem impactes positivos e negativos. Quanto maior a sua dimensão maior serão estes impactes. Para podermos avaliar com mais rigor devemos conhecer melhor os factos e colocar na balança, de um lado os positivos e de outro os negativos, só depois tirar as próprias conclusões.

Vou tentar separar os factos (com dados concretos) da minha opinião pessoal, de forma a que cada um possa ajuizar em consciência com os dados apresentados.

O investimento em causa, designado Solara4, contempla 3 fases:

1- Construção.

Esta é sem dúvida a fase de maiores impactes, sejam eles positivos ou negativos, no entanto, é também a fase de menor duração, sendo grande parte as alterações produzidas de carácter temporário.

2- Exploração

Esta é a fase mais preocupante, serão 30 anos de exploração sem qualquer alteração das condicionantes, onde os impactes negativos e positivos se irão acumular.

3- Desativação.

Nesta fase será, supostamente, reposta a situação original, que será abordada de uma forma separada.

De uma forma mais resumida iremos debruçar-nos sobre os impactes resultantes na flora, fauna, recursos hídricos, solo, arqueologia, socioeconómicos e impacte visual, por serem os mais representativos.

Impactes na flora

Factos:

Segundo o EIA, quanto à ocupação do solo, serão afectados 235ha de matos, 55ha de montado de azinho e 288ha de pinheiro manso (puro ou consociado com quercineas – sobreiro ou azinheira). Segundo as minhas contas, perfaz um total de 578ha, contrariamente aos 594ha referidos no estudo.

A destruição dos matos é perfeitamente pacífica, o mesmo já não acontece com o montado de azinho. São povoamentos “protegidos por Lei” (Decreto-Lei 169/2001, de 25 de Maio). A sua recuperação é bastante difícil e demorada. Têm uma riqueza enorme no habitat que ocupam e a sua perda origina alterações na fauna e flora existentes, daí estarem “protegidos”. O arranque de algumas azinheiras não traz problemas, mas a destruição de 55 ha de montado é significativo.

Quanto ao corte de pinheiros manso trata-se de uma operação prevista desde o início. Foram plantados com recurso a fundos comunitários, em consociação com sobreiros e/ou azinheiras. O seu objetivo era apenas de funcionamento como espécie pioneira, permitindo condições favoráveis ao desenvolvimento da folhosa.

São 288 ha que estavam previstos serem convertidos ao longo do tempo em montado, dada a sua riqueza. Desta forma serão também abatidos alguns milhares de sobreiros e azinheiras.

O impacte da destruição da flora existente é igual na fase de construção e de execução.

Uma das funções da flora, para além do alimento, refugio para a fauna, fixação do carbono, entre outras, é o de fixação da terra, evitando o escorrimento superficial da água das chuvas, com a consequente erosão.

O concelho de Alcoutim está identificado como uma região com risco de desertificação provocada pela erosão. Tem estado inclusive envolvido em projetos de combate à desertificação (não confundir este termo com desertificação humana).

A destruição do coberto vegetal tem, desta forma, um impacte negativo que, segundo o EIA será minorado com a plantação de rosmaninho. A mesma será realizada em faixas contínuas com a largura de 1m localizada entre os painéis solares dispostos continuamente, seguindo as curvas de nível, com uma largura aproximada de 3m (sem bem entendi as faixas entre painéis terão uma largura de 6m).

No Estudo é referido ainda que deverá haver uma desmatação periódica entre fevereiro e março para controlar o crescimento da vegetação.

Opinião:

Não é de estranhar que, segundo o estudo realizado, os impactos sejam mínimos. Estudos e pareceres valem o que valem, valoriza-se o que mais interessa e desvaloriza-se o restante. O importante é saber “ler nas entre-linhas” para perceber o rigor e a coerência dos estudos.

Neste ponto detectam-se algumas incoerências que gostava de ver esclarecidas. Cada linha de painéis ocupa uma largura de aproximadamente 3 m. Cada entrelinha ocupa 6m e serão plantados rosmaninhos em 1m de largura. Em cada 9 m terreno 1m será de rosmaninho, não me parece repovoar 11% da área com vegetação contribua para minorar a erosão provocada pelo escorrimento superficial (na figura 4.1 da pág 47 o desenho representa 6 m com rosmaninho).

Por outro lado, é referido, no mesmo estudo, que serão realizadas desmatações periódicas para controlar a vegetação. Nos elementos adicionais referem de 5 em 5 anos. Será que vão plantar novamente rosmaninho? Duvido, pois esta operação tem custos que não são tão baixos com isso.

Por outro lado, uma desmatação com recurso a corta-matos, tal como referido no estudo, custa, em média, 800 €/ha (valores médios da CAO – Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais). Significa que esta operação terá um custo estimado de 480.000 €. Um dos meus receios é que optem, por motivos económicos, por aplicação de um herbicida sistémico ou de pré-emergência, com os consequentes impactos ambientais que uma aplicação desta natureza acarreta.

Impactes visuais

Factos

A área de intervenção é de cerca de 594ha, mais do dobro da Mega-estação da Amareleja (250ha).

Situa-se numa zona com declive acentuado (entre 10-25%) atravessada pela Ribeira da Foupana.

Segundo o mapa apresentado, são usadas não só as encostas viradas a Sul, como também as restantes.

O investimento vai ser visível a vários quilómetros de distância dada a sua localização e exposição.

Opinião

Este impacte, contrariamente ao que se possa pensar, é significativo. A serra algarvia é procurada não só por estrangeiros como por portugueses, pelas suas paisagens naturais.

Reflexo disso é a criação da Via Algarviana que atravessa o Algarve do Guadiana ao Atlântico e cuja procura tem aumentado significativamente nos últimos anos, com todos os benefícios que daí advêm para as comunidades locais.

Por infeliz coincidência, a área em causa é atravessada pela referida via, poluindo visualmente a paisagem, dando assim uma imagem bastante negativa do Algarve natural que tanto se tem defendido.

Ao ser visível a vários quilómetros de distância o impacte visual é significativo, contribuindo assim para a degradação da imagem que é o principal cartaz do concelho.

Este impacte poderia ser minorado se a área de intervenção fosse relativamente plana, como por exemplo a da Amareleja, e se fossem plantadas na bordadura árvores que tapassem a visibilidade do investimento.

Impactes no solo

Factos

Segundo o próprio estudo, estima-se uma perda anual de 10,91ton/ha de solo pela erosão provocada por escoamento superficial. Se considerarmos, segundo o mesmo estudo, que actualmente existe uma perda de 8,46ton/ha, o saldo será de apenas 2,45ton/ha.

Para além desta destruição, teremos de considerar ainda a abertura de 24,8 km de caminhos com uma plataforma de 4m que serão revestidos de tout-venant numa camada de 25 cm. Serão ainda beneficiados 5,2 km de caminhos existentes.

Esta perda de solo é irreversível e a área ocupada pelos caminhos dificilmente será recuperável.

Opinião

Como já tinha referido anteriormente, estudos e pareceres valem o que valem e os cálculos realizados vão ao encontro das necessidades.

Como projectista que fui durante muitos anos, sei bem que os números são trabalhados dentro dos parâmetros definidos, fazendo os mesmos subirem o descenderem conforme as necessidades.

Na minha opinião, enquanto técnico que trabalha há alguns anos na área, o risco de incêndio tem de ser minimizado, pois mesmo uma vegetação herbácea (incluindo os rosmaninhos), no verão, traduz num potencial de risco enorme. Imaginem o prejuízo que não seria a ocorrência de um fogo no local. O seu combate está dificultado sendo quase impossível o uso de meios aéreos, sob pena das descargas de área destruírem os painéis. Quanto aos meios terrestres é de imaginar a dificuldade. Desta forma, sou em crer que terão de optar por um controlo da vegetação anual. Qual será a forma mais eficaz em termos económicos? – herbicida.

No EIA são apresentadas imagens que ilustram a limpeza dos painéis (a sujidade diminui a sua capacidade produtiva, pelo que têm de ser limpos periodicamente). A mesma será feita com uma máquina própria que circula na entrelinha dos painéis. E o que acontece aos rosmaninhos?

O estudo refere ainda que o rosmaninho servirá para a extração de óleos essenciais. Esta operação implica o seu corte. Em regime de sequeiro o que acontecerá à planta? Provavelmente seca sendo necessário a sua replantação.

Ou muito me engano ou rosmaninhos só no primeiro ano e para Inglês ver. Caso contrário há aqui um contrassenso por explicar.

Impactes na fauna

Factos:

A área em causa incide numa zona de caça turística. A implementação do projeto irá inviabilizar a caça na área. Por outro lado, sendo o investimento considerado uma instalação industrial (Artº 53º Decreto-Lei nº 202/2004 de 18 de Agosto), é interdita a caça numa faixa circundante de 500 m. Desta forma a gestão das Zonas de Caça Associativas do Zambujal, de Vale Largo e de Vaqueiros, bem como as Turísticas do Lutão e do Montinho da revelada, será afetada.

Opinião:

Os impactes na fauna são, do meu ponto de vista, insignificantes em relação à flora.

Os animais têm uma enorme capacidade de se adaptarem às alterações do seu habitat. Quem já não viu aves de rapina a usarem pórticos das auto-estradas como ponto estratégico para a caça? Ou a utilização dos postes de alta tensão ou das linhas telefónicas para nidificar? Quem não conhece casos pelo mundo fora onde os animais de noite entram dentro das localidades para se alimentarem nos baldes do lixo?

É certo que caçar dentro desta área será inviável, mas também já o era. Numa zona de caça de caça turística só lá caça quem os donos quiserem. Os principais prejudicados são os proprietários da mesma.

Muito provavelmente as espécies cinegéticas menores usarão esta área como refúgio dos caçadores e predadores. O maior problema surgirá se se aplicarem fitofármacos.

Quanto à caça maior, terá um obstáculo físico que já existe actualmente – a vedação.

As migratórias mudarão as suas rotas.

Quanto à restante fauna (não cinegética) continuará a existir e, provavelmente, adapta-se.

Tenho sérias dúvidas que os terrenos em causa, cobertos de mato e vegetação arbórea percam 8,46Ton/há, mas vou aceitar os mesmos. Da mesma forma tenho dúvidas que o acréscimo de perda seja de apenas 2,45ton/há. No entanto, segundo os meus cálculos, com base nos valores apresentados a perda efectiva será de 5 a 10% do solo existente. Numa área onde os terrenos já são pobres e escléticos, com uma espessura efectiva de 10 a 15cm, toda a intervenção que promova a erosão é contraproducente. Não podemos ignorar o facto de existir uma Comissão Nacional de Combate à Desertificação que elaborou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação em 17 de Junho de 1999. Este documento constitui uma obrigação do Estado Português enquanto parte da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. O concelho de Alcoutim representa uma das áreas piloto do programa nacional. Todas as intervenções propostas na instalação do solara4 vão contra o aprovado no Plano Nacional, pelo que a perda de solo tem comprovadamente um impacto negativo significativo a evitar a todo o custo.

Impactes nos recursos hídricos

Factos

A cobertura dos painéis solares vai diminuir a infiltração da água das chuvas, favorecendo o seu escoamento superficial. Deste escoamento surge movimentos de água mais torrenciais que os habituais. Maior será o arrastamento da matéria orgânica superficial (aumentada pela consequência da desmatação com roçadoras), Contribuindo assim para uma diminuição da qualidade de água da Ribeira da Foupana.

Opinião

Este impacto não é dos mais relevantes se tivermos em consideração que a Foupana desagua diretamente para o Guadiana. Se a ribeira em causa tivesse uma represa a jusante o impacto seria maior. No entanto, não é de descurar uma vez que é diminuída a infiltração de água, logo diminui a recarga dos aquíferos existentes. Se colocarmos na discussão a possibilidade do uso de fitofármacos para combater as infestantes aí o impacto aumenta significativamente.

Impactes no património arqueológico e cultural

Factos

Na área de intervenção ou nas proximidades foram detectadas a existência de 18 locais de interesse ou possível interesse arqueológico ou cultural. Pelo que li, houve o cuidado de delimitar um buffer (área em redor) de alguns metros em redor dos locais identificados.

Opinião

Este é talvez o impacto menos significativo, uma vez que identificados os locais, bastará definir um buffer de alguns metros onde não será realizada qualquer intervenção, protegendo assim os mesmos.

Impactes sócio económico

Factos

É do conhecimento público que a Autarquia e as Juntas de Freguesia envolvidas terão uma contrapartida económica. Não consegui, até ao momento, obter os referidos dados. Do ponto de vista do emprego fala-se em 300 postos de trabalho, que poderão duplicar durante a execução da obra (pag. 50 do EIA) e 35 da fase de exploração (pag. 58 do EIA). Estes valores são estimados, não sendo apresentado qualquer estudo comparativo.

Opinião

Quanto à verba a ser distribuída aos órgãos da administração local, não tenho dúvidas da sua existência, apenas coloco reservas por dois motivos: 1º - não sabemos quanto está em causa; 2º - seja que montante for, será que justifica o prejuízo causado?

Relativamente aos postos de trabalho criados alguém acredita que vá criar muitos postos de trabalho?

Uma obra desta envergadura é entregue a um empreiteiro com capacidade de resposta, tanto em termos de mão-de-obra como técnica. Para serviços pontuais, tais como desmatamentos, desbaste entre outros serão realizadas subcontratações a empresas e empresários locais. Geralmente este tipo de subcontratações são realizadas com custos abaixo do mercado e com pagamentos muitas vezes “difíceis”.

Quem já acompanhou este tipo de situações (numa dimensão muito menor, obviamente) sabe do que falo.

Na fase de exploração a mão-de-obra é mínima, uma vez que maior parte dos sistemas são automáticos. Esta requer, provavelmente dois ou três técnicos qualificados e meia dúzia de pessoas para trabalhos indiferenciados que provavelmente serão contratadas à tarefa.

Em suma, na fase de construção a maior parte do emprego, para além de temporário será exterior. Na fase de exploração os poucos postos de trabalho serão, provavelmente, exteriores.

Considerações gerais

Se na fase de construção os impactes serão maiores, mas em parte temporários. A fase de desativação é, no meu entender, mais preocupante.

Prevê-se a desativação ao fim de 30 anos. Se nesta altura ainda for rentável a produção de energia por este meio, os painéis poderão ser substituídos, continuando a sua exploração por mais tempo.

Se o investimento não for rentável, então a fase de desativação será iniciada. Aqui reside o problema. Embora se assegure que todo o equipamento será desmantelado e reciclado, a questão a colocar será de quanto custa esta operação. Seguramente muito dispendiosa para uma empresa criada com um capital social de 25.000,00€. Não me enganei, pesquisando no Portal da Justiça, verificamos que a empresa promotora (SOLARA4) tem 3 sócios e o capital social de vinte e cinco mil euros. Tem como sede social uma sala (407) num edifício da R. Engº António Almeida no Porto.

Será que, conhecendo o nosso país e casos semelhantes de desactivações de investimentos, não corremos o risco da empresa falir e o investimento ficar no terreno a

degradar-se, com os impactes negativos daí resultantes? Que segurança nos pode dar uma empresa com um investimento desta envergadura e um capital social destes? Segundo dados do estudo referido anteriormente, serão instalados 2.393.700 painéis, com um custo estimado de 200 milhões de euros, com um capital social de 25.000€?

Outro dos problemas que vejo é que existem dados no EIA que me parecem pouco credíveis. Segundo os dados referidos (fonte do INE de 2014), no concelho de Alcoutim, em 2013 existia apenas como capacidade hoteleira um hotel e um turismo rural. Quanto aos dados do hotel e do turismo rural são confidenciais por isso não são apresentados (pag. 220 do EIA). Recorrendo à página do município de Alcoutim, verificamos que existem actualmente uma pousada da juventude e 7 Alojamentos locais/turismos rurais. Estes dados, mais correctos e actualizados que os anteriores, seguramente poderiam contribuir para uma melhor caracterização do concelho. São dados oficiais e de consulta rápida.

Na página 1 do EIA é referido: *“O Projeto em estudo abrange uma área de 1 363 ha, dos quais aproximadamente 594 ha serão ocupados pelas várias infraestruturas que compõem a Central Fotovoltaica.”* Na página 292 do mesmo estudo refere-se: *“A propriedade onde irá ser implantada abrange uma área de cerca 1363 ha, dos quais aproximadamente 579 ha irão ser ocupados com a implantação da Central.”* Afinal a central ocupa uma área de 594ha ou de 579ha?

Quanto à plantação de rosmaninho, o EIA apresenta uma figura ilustrativa (fig 4.1 na pag. 47) onde a plantação de rosmaninho ocupa a entrelinha dos painéis com 6m de largura. Na página 15 dos elementos adicionais ao EIA é referido : *“ Paralelamente, nas entrelinhas dos painéis fotovoltaicos, será plantado rosmaninho, numa faixa aproximada de 1m, assegurando igualmente a função de retenção e proteção do solo”.* Afinal serão plantados 6m ou 1m? Pode parecer insignificante mas faz toda a diferença no objectivo pretendido.

Na página 268 do EIA é referido: *“Seguidamente apresentam-se os impactes esperados... Destruição total da vegetação na área onde se pretende construir os sectores fotovoltaicos, subestação e caminhos da central fotovoltaica (594 ha)”.*

A desmatação é realizada com recurso a corta-matos. No entanto, a instalação do rosmaninho deverá ser com recurso a uma mobilização do solo, pois por sementeira directa o seu sucesso será comprometido.

Todos nós já reparámos o que acontece nos telhados das casas quando chove. A água escorre pelas telhas e cai directamente no chão, provocando ao longo do tempo pequenas fissuras no alcatrão ou no cimento. Para evitar essa situação colocamos uma caleira para recolher a água. Se pensarem que o telhado de uma casa tem em média entre 5 a 10 m de profundidade (medida da cumeada ao beirado) e que a telha apresenta maior atrito ao escoamento da água que o vidro, imaginem agora alguns metros de “vidro” a escorrer água sobre uma gradagem recente, ou mesmo sobre o rosmaninho recentemente plantado. Arrisco-me a dizer que nas primeiras chuvadas o terreno vai ficar marcado com uma linha contínua que com o tempo terá a rocha mãe à vista. Esta concentração de água num só local conduzirá ao “rascamento” do solo nas zonas de depressão. Este fenómeno é facilmente observado numa sementeira em terrenos com declives iguais aos descritos logo após as primeiras chuvas. No caso concreto o fenómeno vai ser exponencialmente maior.

Na página 34 do relatório é referido que serão abertas duas pequenas valas paralelamente aos painéis para, entre outros, encaminhar o escoamento superficial. A minha questão é simples: onde vão desaguar essas valas? Directamente na ribeira? Se assim não for nas zonas de depressão o arrastamento vai ser incalculável.

A plantação de rosmaninho descrita parece-me retirada de uma exploração modelo, facto que em nada se adapta á realidade em estudo. Na página 35 dos elementos adicionais está assim descrita: *“Plantação efetuada em cova, segundo módulo de plantação pé de galinha (1 x 1 m). Tratando-se de arbustos de pequena dimensão, e uma vez que se procedeu previamente a uma mobilização do terreno, devem abrir-se covas com uma dimensão pouco superior à dimensão do torrão 0,20 x 0,20 x 0,20 m. As covas serão abertas no local identificado para plantação, de acordo com o respetivo plano de plantação, e serão preenchidas com terra viva (caso se necessite) devidamente fertilizada. Depois das covas preenchidas com terra fertilizada e devidamente compactada abrem-se pequenas covas de plantação, à medida do torrão. No ato de plantação propriamente dita, deve haver o cuidado de deixar a parte superior do torrão à superfície do terreno, para evitar problemas de asfixia radicular. De seguida, procede-se ao enchimento das covas com terra, fazendo uma ligeira pressão para a aderência seja a melhor possível. Após a plantação deve-se proceder a rega, para maior compactação e aderência da terra à raiz da planta. Deve evitar-se a acumulação de grandes quantidades de plantas nos locais de plantação, devendo ser feito o transporte para o local de plantação apenas do número necessário para um dia de trabalho. Caso se verifique a impossibilidade de plantar a totalidade no próprio dia, as sobrantes deverão ser colocadas em locais abrigados e regando-as. Deve ser feito um acompanhamento da viabilidade dos indivíduos plantados, retanchando os indivíduos mortos. Caso se verifique que uma determinada área não apresenta condições para o sucesso desta plantação, sugere-se o seu abandono.”*

Claramente uma operação meramente académica. No entanto, a última frase é reveladora das intenções, deixando ao juízo de cada um o resultado final do rosmaninho.

Quanto ao controlo da vegetação ser realizado de 5 em 5 anos como é referido na página 30 dos elementos adicionais, é meramente teórico. Quem não conhece os povoamentos florestais instalados no concelho e a vegetação que desenvolvem em 5 anos. Ou as desmatagens serão realizadas em ciclos mais curtos ou o risco de uma perda ocasionada por um incêndio florestal é elevadíssimo.

No que respeita às medidas de compensação, realço a instalação referida na página 350 do EIA - a instalação de 69ha de montado de sobre e azinho. Concordo com a medida, no entanto tenho dúvidas quando à sua viabilidade. São conhecidas as taxas de sucesso de instalação deste tipo de povoamento no concelho. Poderemos tomar como exemplo a instalação do mesmo povoamento na freguesia de Cachopo como medida de compensação pela destruição de um montado aquando da construção da sub-estação de Tavira da REN. O projeto foi realizada mas neste momento as azinheiras ou sobreiros contam-se com os dedos de uma mão.

No que respeita à mão-de-obra, fala-se apenas em estimativas, faltando dados concretos ou exemplos de referência. Na Amareleja foram criados 10 postos permanentes, aqui fala-se em 35 permanentes e 300 durante a fase de execução. Dos 35 permanentes

(tenho algumas reservas quanto ao número) a maioria serão, digo eu, trabalhadores altamente especializados, que, muito provavelmente, nem residirão no concelho.

Na página 60 do EIA, é apresentada uma fotografia exemplificativa da máquina que procederá à limpeza duas vezes por anos dos painéis.

Quem já acompanhou trabalhos de limpeza de povoamento florestais com recurso a tractores de rastos iguais, em entre-linhas de 5 ou 6 metros e em declives desta natureza (o relatório refere zonas com declive superior a 25%) facilmente entende que a sua execução é duvidosa.

Quando se fala num investimento de 200 milhões de euros em energias renováveis, esperava eu ver à frente do mesmo empresas como a EDP renováveis, grupo SONAE, entre outros, ou então empresário com provas dadas como Isabel dos Santos, Belmiro de Azevedo etc.

Após uma busca no portal da justiça verifico que a empresa detentora do projeto – SOLARA4, LDA é composta por 3 sócios (duas pessoas singulares e uma empresa), criada em 2013, com sede social numa sala de um edifício no Porto e tem um capital social de 25.000 €.

A empresa sócia da SOLARA4 (Portener, serviços de energia, Lda) é também do Porto e tem também um capital social de 25.000 €.

Estes são factos, deixo a que lê as ilações devidas.

O meu maior receio reside no facto de temer que um projeto desta magnitude seja bastante vulnerável às condições dos mercados financeiros. 200 milhões de euros terão de vir de grandes empresas. Essas estão seguramente cotadas em bolsa e dependem bastante do comportamento dos mercados (temos exemplos recentes de grandes empresas que caíram completamente com a volatilidade dos mercados financeiros). Seria catastrófico para a região se, a meio do investimento, os financiadores tivessem problemas económicos e abandonassem o projeto. As consequências são facilmente entendidas.

Poderão dizer que estou a ser pessimista. Eu diria cauteloso. Não muito longe do local (na mesma propriedade) temos exemplos. O hotel da finca rodilha. O que lhe aconteceu? O campo de golfe. Em que estado está?

Os danos causados são em grande parte irreparáveis. Mesmo que se queira recuperar os solos e a paisagem, quem o faz? Quanto custa? Quem são os responsáveis?

Quando se fala em projetos de grande dimensão que irão promover o desenvolvimento coloco sempre reservas. Temos de separar os conceitos. Desenvolvimento é diferente de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento depende apenas da verba disponível é uma questão apenas financeira. Se me derem um cheque em branco eu desenvolvo qualquer região do interior. Sem limite orçamental, poderia instalar a maior produção de qualquer coisa em Alcoutim. Por exemplo, no ramo automóvel, instalava uma auto-europa. Criava milhares de postos de trabalho, construía centenas de casas, cafés, restaurantes, aumentava a escola, o centro de saúde, por aí fora... poderão dizer-me: é impensável. Não, depende do dinheiro disponível, o problema maior é a sua sustentabilidade, bastava a procura de carros não ser a esperada e tudo caía por terra.

O desenvolvimento sustentável é diferente, é realizado com recurso a pequenos investimentos que geram mais valias e oportunidades de negócios para novos projetos. Este demora anos, mas é mais fiável e com menores riscos associados.

O meio rural precisa de desenvolvimento, mas deve ser sempre sustentado, ou corremos o risco de ter um efeito inverso.

O objetivo deste documento é apenas ajudar a esclarecer os prós e contras da instalação da central fotovoltaica em Alcoutim e emitir a minha opinião devidamente fundamentada.

Se me questionarem se sou contra este tipo de investimento no concelho digo claramente que não. Se me questionarem sobre a sua localização então direi que sou contra. Existem localizações no concelho onde, devido sobretudo ao relevo, este investimento tem menos impactos e com uma diminuição de custos de instalação e manutenção. Não é ao acaso que as centrais desta natureza e dimensão estão localizadas em terrenos pouco declivosos, como por exemplo a Amareleja.

Nota: -Todas as opiniões emitidas são meramente pessoais.

-Todos os factos apresentados têm como base dados apresentados no EIA em causa, seus anexos e outros documentos públicos de fácil consulta.

Vaqueiros, 2 de Setembro de 2015

Carlos Ludovico

Antônia Maria Palma